

Justiça Federal

Digital

JFES comemora 20 anos do início de sua interiorização, com solenidade em Cachoeiro de Itapemirim



Antiga sede da Justiça Federal em Cachoeiro, cuja instalação deu a partida para a interiorização da JF no Espírito Santo

423

► Justiça Federal comemora início de interiorização e 20 anos de instalação em Cachoeiro de Itapemirim



A Justiça Federal do Espírito Santo comemorou, no dia 5 de julho, o início de sua interiorização, marcada pela instalação da então vara única de Cachoeiro de Itapemirim, em 28 de junho de 1999.

As comemorações, na verdade, tiveram início no dia 6 de junho, quando a equipe da Subseção de Cachoeiro realizou um Culto de Ação de Graças, na própria sede. Em seguida, foi organizada uma campanha para arrecadação de cestas básicas destinadas à Casa Verde, projeto social que acolhe crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos, de comunidades da cidade. As cestas básicas arrecadadas foram entregues durante um ensaio da banda de música formada pelos beneficiários do projeto, na tarde do dia 4/7, na sede do projeto.

No dia seguinte, o Octeto de Cordas, formado por alunos do projeto, abriu o evento, tocando três músicas: um quarteto de cordas do compositor Gluck, "Divertissement", de Saint Preux, e "Let it Be" dos Beatles.



A maestrina Joviana Valiate falou um pouco sobre a importância dos projetos sociais e dos benefícios direcionados a eles. A Justiça Federal em Cachoeiro, por exemplo, destina ao projeto Casa Verde parte do valor recebido com a prestação pecuniária das penas alternativas, através da 1ª Vara Federal, o que possibilitou, por exemplo, a aquisição de cordas, arcos, etc., dos instrumentos, da Escola de Música Tocando em Frente.

Em seguida, foi a vez de juízes que atuaram e atuam em Cachoeiro de Itapemirim falarem.

A primeira a se pronunciar foi a juíza federal titular da 2ª VF-Cível de Vitória, **Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto**, que foi primeira juíza de Cachoeiro de Itapemirim e lá foi titularizada. Ela contou que, quando foi designada para Cachoeiro, em 1999, havia apenas seis meses que tinha assumido como magistrada da Justiça Federal, aos 27 anos. Aceitou o desafio e foi acompanhada de um grupo de servidores, alguns deles ainda em Cachoeiro, como Laésia, Graça, Emiliana e Marcelo. "Foi um desafio e tanto", afirmou.



“Éramos eu e 10 servidores, ainda presentes aqui, eu vejo a Laésia, o Marcelo, a Graça, a Emiliana, e me emociona muito ver como a Justiça Federal cresceu e como todos que estão aqui fizeram parte desse crescimento.

Quando vim pra cá, eu não tinha noção nenhuma também da área administrativa ainda, e dr André pode depois confirmar, o juiz que trabalha no interior faz as vezes não só de juiz, mas também de administrador.

Era um prédio pequeno, no fim de rua, um prédio alugado que tinha sido cedido à Justiça Federal porque a prefeitura na época apoiava muito esse projeto, sabia da importância, e o nosso tribunal também não mediu esforços, apesar das limitações orçamentárias e de estrutura, acolheu esse projeto e me colocou aqui. A juíza mais nova, então, estava eu aqui.

Quando nós chegamos, não tinha processo. Tínhamos os computadores que estavam sendo instalados e fomos buscar os processos. Quer dizer, a nossa competência foi firmada através da busca pessoal, braçal, mais ou menos de 4 mil feitos. Então a nossa vara já iniciou pesada, com competência plena e 4 mil processos que buscamos na Justiça Estadual.

O nosso sistema de informática ainda era muito insipiente, era um sistema chamado WEmul. Alguns aqui, os juízes mais antigos, lembram. A dificuldade de cadastramento de todos aqueles processos e uma demanda reprimida.

Então, por mais que tivéssemos processos, tínhamos certeza de que a decisão tinha sido acertada. Havia uma grande demanda reprimida em Cachoeiro e nos arredores porque em menos de dois anos já havia 6 mil feitos na vara. Era uma vara que demandava a vinda de outros órgãos públicos e a Justiça também nesse processo de interiorização acabou provocando a vinda da Procuradoria da República, da Polícia Federal e outros órgãos logo depois, Procuradoria do INSS, passaram a trabalhar aqui também para garantir o acesso ao jurisdicionado de Cachoeiro e dos arredores, esse acesso à Justiça.

Na verdade eu queria, nesta homenagem, falar desses servidores que foram muito guerreiros. Muitos deles entusiasmados porque tinham vindo de outras varas, muitos em Campos. Até fui procuradora do INSS em Campos e trabalhei com alguns deles, na Justiça Federal de Campos, antes de vir para cá.

Outros aceitaram o desafio de sair de Vitória e vir para cá comigo. Maria Aparecida [de Oliveira Pereira] foi a diretora de secretaria. Já está aposentada, mas também presto a ela minha homenagem. João Roberto [Rocha, agente de segurança], que enfrentava as estradas comigo, também aceitou esse desafio. Ana Carla [Marques dos Santos], que iniciou o curso de Direito e hoje é diretora de núcleo administrativo, mas que teve essa experiência na vara de Cachoeiro.

Já pra finalizar, queria dizer que Cachoeiro marcou muito a minha vida. Foi um aprendizado. Fico feliz de ver que a Justiça cresceu, que tem juízes muito comprometidos aqui, trabalhando em prol de Cachoeiro, e é motivo de muito orgulho ter feito parte desse processo.



O diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal **Osair Victor de Oliveira Junior**, falou em seguida. Ele atuou em Cachoeiro de Itapemirim como juiz federal substituto entre 2001 e 2002 e como titular entre 2009 e 2012. Declaradamente apaixonado pela cidade e, principalmente, pelo povo cachoeirense, lembrou-se de todas as pessoas com quem trabalhou, destacou a dedicação de cada uma delas e do quanto tiveram que se desdobrar para dar conta da quantidade de trabalho.



Cheguei aqui, naquele primeiro momento, e percebi que aqueles processos que a Enara foi buscar começaram a se reproduzir. Aquilo foi aumentando demais, uma quantidade imensa de processos. Eu ia ficava na vara até 9 da noite, ia para o hotel, tomava banho, dormia, acordava, tomava café e voltava para a vara.

E essa equipe da Enara era muito boa. Ela conseguiu compor um ambiente de trabalho muito salutar. Aparecida, muito dedicada, Ana Carla, João, também tinha o Carlos Alberto Pastore Braga, que veio de Guaçuí. Era um grupo muito ordenado, apesar de ter muito trabalho.

Quando eu cheguei, estava-se iniciando também o procedimento para a construção do novo fórum. E nesse ínterim, também, a Enara conseguiu a remoção para a 6ª Vara da capital, e nós tivemos que perder os três servidores que ela tinha trazido de Vitória: Maria Aparecida, Ana Carla e João.

E aí nós ficamos em seis ou sete. O Marcelo [Bezerra Santos] nessa época estava no apoio junto com a Rosana. O gabinete passou a ser formado só pelos estagiários, que eram da primeira turma de estagiários da Emarf. Eram dois. Mas eu vou dizer quem eram os estagiários. Um é o Emerson, o Dr. Emerson, delegado de Polícia Federal hoje. E o outro é o Dr. Wagner, promotor de Justiça. Então o gabinete estava muito bem entregue.

Com aquela quantidade pequena de servidores, falei para Emiliana [Maróquio], 'vou vir trabalhar aqui'. Fui trabalhar na Secretaria. Era bom porque tudo começava ali. Faziam-se as minutas de despacho e eu já assinava ali. Às vezes alguém atendia no balcão, o advogado pedia uma antecipação de tutela. A gente já fazia a minuta e ele já tomava ciência. Começou nesse ritmo acelerado, porque eram, naquela época, 30 municípios de jurisdição. Toda essa parte do Sul era jurisdição de Cachoeiro.

Aí, naquele momento, o Marcelo passou a ajudar na obra de construção. Dr. Luiz Antonio [Soares], o desembargador federal Luiz Antonio, era presidente da comissão de obras. A obra saiu com o rigor do Dr. Luiz Antonio, com a assessoria direta do Marcelo, da Débora [Machado Sardinha] e do Damásio [Carlos Chaves Damásio], que eu faço questão de mencionar, que fizeram esse prédio, com o projeto do Flavio Roitman, que é arquiteto do Tribunal e hoje trabalha na Seção Judiciária do Rio.

Nesse momento, eu tive a oportunidade de voltar para o Rio – a demanda da família era grande – e, no momento da saída, os servidores de Cachoeiro me fizeram uma placa comemorativa, que no final estava escrito: 'desejamos sucesso e esperamos que o senhor volte como titular'. Foram proféticos, porque foi isso que aconteceu. As varas foram se modificando e na hora da minha promoção eu vim para a 1ª Vara. Na época já havia duas varas aqui em Cachoeiro.

A juíza titular na inauguração era a Drª Paula Patrícia Provedel - que hoje é juíza auxiliar da Corregedoria – sempre que me encontrava, falava: 'eu lamento muito porque fui juíza de Cachoeiro de Itapemirim sem sequer colocar os pés lá'. Reservei aquela informação da Paula. Quando voltei, promovido, já em 2009, encontrei a Luciana aqui como juíza substituta. Ela me transmitiu a característica da Vara, que eram milhares de processos pendentes de audiência rurícola.

Logo o primeiro ano que eu cheguei, era o ano da Meta 2 [do CNJ]. Então aqueles processos mais velhos que a gente tinha que julgar em 2009, processos até 2005, atrapalharam um pouco o ritmo da vara, porque nós tivemos que parar e trabalhar em cima daqueles processos.

Nos dois anos seguintes, com o apoio de colegas da capital, fizemos vários mutirões para debelar aquela quantidade de audiências. Eu me lembro que, em 2010-2011, foram mais de mil audiências por ano. Eu acho que nem a Justiça Trabalhista fazia uma quantidade de audiências tão grande.



Eu tive até uma ideia, na época, de fazer audiências simultâneas. Montei duas salas de audiência, uma na sala de audiências e outra na distribuição. Enquanto estavam assinando, eu ia para outra audiência. Quando terminava essa, eu voltava para a primeira. Quando terminava, eu voltava para a segunda. E com isso eu conseguia, num dia só, dobrar o número de audiências. Era complicado porque depois a gente tinha que sentenciar esses processos, mas o INSS na época não aprovou, porque a quantidade de processos para eles aumentava demais.

Nessa ocasião, percebemos que às vezes o gargalo não é nem tanto a falta de juiz, mas a falta de servidores. E aí eu e o Dr. Rodrigo Reiff fomos conversar com o nosso presidente da OAB de então, Dr. Robson Louzada, a quem eu tenho que agradecer muito pela maneira com que nos apoiou em todos os pleitos. E ele fazia essa interlocução muito bem com a Justiça, dos juízes com os advogados, com os servidores.

Chegamos para ele e pedimos: 'Dr. Robson, chegamos à conclusão que não teremos mais servidores. A gente vai tornar a atuação do advogado em Cachoeiro inviável, porque ele não vai receber os processos, a gente não vai conseguir dar conta'. Dr^a Renata Fiório era secretária, também estava presente. E aí o Dr. Robson, a Dr^a Renata, entenderam de nos apoiar nesse pleito. 'Vamos fazer um projeto para tentar criar uma terceira vara em Cachoeiro'. Fizemos isso e percebemos que não havia varas disponíveis. Mas o Dr. Robson levou o assunto ao Dr. Homero Mafra, o presidente, que levou ao presidente do Conselho Federal, que levou ao STJ, ao CJF, e aí sensibilizamos que era necessário.

Fui um dia ao Tribunal. Dr^a Paula estava na Presidência, a presidente era Dr^a Maria Helena Cisne, natural de Mimoso do Sul, e falei para Paula: 'Existe uma vara em Barra do Piraí que está na iminência de se deslocar para São Gonçalo. São Gonçalo já tem cinco varas. Em Cachoeiro a gente está numa penúria. Muitos processos, muitos advogados atuando, poucos servidores. Será que essa vara não poderia ser deslocada de São Gonçalo para Cachoeiro?' Dr^a Paula, nesse momento, falou: 'Talvez seja hora de eu resgatar o que eu não fiz pessoalmente por Cachoeiro'.

A Paula levou esse projeto para Dr^a Maria Helena e ela apresentou no Conselho da Justiça Federal. Como a OAB já havia levado isso também, foi fácil aprovar. Assim, a vara que estava destinada a Barra do Piraí, que ia para São Gonçalo, pegou a BR 101 e chegou aqui em Cachoeiro. Essa criação deu um novo ânimo para as pessoas, porque a gente pode especializar e pode olhar os processos que a gente não via.

A vara criminal, quando André chegou, tinha 700 ações penais se eu não me engano, uma quantidade imensa. Então, se não separasse as execuções fiscais a gente não ia conseguir dinamizar.

E a terceira parte, que eu acho que é o ponto de equilíbrio. Não há dúvida de que eu amo Cachoeiro de Itapemirim, porque aonde eu posso falar alguma coisa de Cachoeiro eu falo. Gosto mesmo daqui. E talvez a razão pela qual eu goste mais de Cachoeiro são os cachoeirenses. Eu vejo a dedicação das pessoas. Servidores, terceirizados, apoiadores, advogados, partes. Quando a gente vê a dedicação do advogado, ele preocupado em fazer com que o cliente dele seja atendido. Quando encontra na rua, a disposição de conversar, fazer com que muitas vezes se despachasse na padaria, no mercado. Isso é muito comum. E os servidores diziam: 'Doutor, esse processo tem que andar, toda vez eu encontro essa advogada no mercado e ela me cobra'. Essa relação em Cachoeiro se estabelece de maneira diferente.

Não sei se são as rochas, eu não sei se é o granito, se é o mármore, se bate uma energia especial que irradia para as pessoas e gera uma felicidade nessa cidade. As pessoas são felizes. A despeito de todas as dificuldades, eu noto que as pessoas têm um ânimo diferente, o que faz com que Cachoeiro seja tão dignificada perante os outros municípios.

Não estou desmerecendo os outros do Espírito Santo, mas o que eu conheço bem é essa Cachoeiro de Itapemirim.

Essa relação das pessoas que se estabelece entre si faz uma sinergia, faz uma produção muito maior. E ela traz de volta, é até meio imantada, porque você vai para longe, se afasta e depois você se aproxima novamente.

E aí eu agradeço pessoalmente os servidores que estão aqui, agradeço os advogados, são pessoas dedicadas. São essas pessoas diligentes, que brigam pelo interesse dos seus clientes, que faziam com que a gente também brigasse pelo interesse de Cachoeiro.

Reforço aqui que eu fui um privilegiado da Enara me possibilitar essa oportunidade de eu ter estado aqui essa primeira vez, porque eu acho que Cachoeiro saiu dos meus pés e veio para o meu coração. Muito obrigado!



Em seguida, foi dada a palavra ao juiz federal da 1ª Vara de Cachoeiro de Itapemirim, **André Luiz Martins da Silva**, o 'diretor do foro de fato de Cachoeiro', segundo a diretora do foro da SJES, Cristiane Chmatalik.

O magistrado agradeceu às autoridades presentes, Ângela de Paula Barboza, procuradora geral do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Renata Maia a Silva Albani, procuradora da república em Cachoeiro de Itapemirim, Robson Louzada Teixeira, advogado, ex-presidente da OAB-Subseção de Cachoeiro, e Adílio Domingos dos Santos Neto, atual presidente, Renata Fiorio, vereadora do município, Sérgio da Costa, representando a Polícia Rodoviária Federal, Wagner Eduardo, promotor de Justiça. E ressaltou a busca de um trabalho de excelência naquela Subseccional.



“ Estamos celebrando 20 anos da Justiça Federal. Na minha crítica visão, não é simplesmente comemorar, celebrar o decurso de 20 anos.

Temos a honra de estar entregando nesses 20 anos um trabalho de muito boa qualidade, de muito bom nível. Sou testemunha de perceber, de viver, a partir de março de 2011, nos últimos 8 anos e meio.

Eu não vivi a fase mais difícil da Justiça Federal em Cachoeiro. A minha situação aqui já foi um pouco mais tranquila. E quero aqui testemunhar a evolução em busca de um trabalho de excelência praticado pela Justiça Federal de 2011 para frente.

Pensando em quais seriam as causas, parece-me que são muitas, mas há uma parceria, há um comprometimento na prestação de um serviço cada vez melhor.

Essa parceria envolve não apenas a Justiça Federal, ela envolve outros órgãos também. Envolve a OAB, que sempre foi parceira da Justiça Federal. No tempo em que eu estou aqui, na presidência do Dr. Robson, e agora com Dr. Adílio, não tem sido diferente.

Para vocês terem noção, nós tivemos um problema de videoconferência esta semana. Oito testemunhas em Vitória. Fizemos audiência, eu, Drª Renata e o advogado, na sala da OAB. A OAB cedeu a sala onde o link de internet não tinha problema.

Na parte da Direção do Foro, eu posso mencionar aqui a videoconferência. Dr. Osair está presente, da Seção do Rio de Janeiro, e lá a Seção ainda não tem implantado da forma que o Espírito Santo tem. A Seção do Espírito Santo realiza videoconferência com todo o Brasil. Isso significa que, se nós temos uma testemunha para ouvir em Vitória, em Valadares, no Rio de Janeiro, em qualquer lugar, a gente não precisa mandar uma carta para que seja ouvida lá e depois volte juntada ao processo. Na mesma audiência em que a gente vai ouvir as testemunhas, as partes em Cachoeiro, a gente vai ouvir a testemunha que mora em São Paulo, que mora em qualquer lugar do Brasil que tenha Justiça Federal.

Essa foi uma atuação da Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo. Recentemente, eu ouvi um procurador federal que estava em Laranjal do Jari. É difícil chegar lá de barco e a gente ouviu ele por videoconferência. A videoconferência trouxe um ganho enorme em busca desse serviço, dessa prestação de excelência.

O terceiro fato já foi mencionado pelo Dr. Osair e pela Drª Enara. É a criação da 3ª vara, que aí já é uma conjunção que abrange TRF, diretor do foro, juiz da Presidência, enfim, todo um movimento de parceria, de comprometimento na busca de um resultado melhor. A instalação da 3ª Vara foi um salto enorme na qualidade do nosso trabalho.

”

Dando continuidade à história contada por quem a viveu e ainda vive, a juíza federal da 2ª VF-Cachoeiro **Luciana Cunha Villar** também contou sua experiência nos dois períodos em que atuou naquele município, como substituta entre 2007 e 2009 e, agora, como titular, desde meados do ano passado.



“ Em 2007, imediatamente antes de Cachoeiro, eu era juíza em Manaus, e achava que nunca na minha vida eu ia trabalhar em um lugar tão quente quanto Manaus. De fato, não encontrei. Cachoeiro é quente, mas nem tanto.

E aqui encontrei uma vara excelente para se trabalhar, como os colegas já colocaram. A estrutura física é muito boa, mas o maior tesouro de Cachoeiro é realmente as pessoas. Os servidores são fantásticos, tanto pelo aspecto técnico e também por serem seres humanos fantásticos, pessoas boas, de convívio muito bom. O ambiente de trabalho é realmente excepcional.

E aqui eu tive a impressão de que as varas de Cachoeiro são as melhores varas para se trabalhar da Justiça, não só da 2ª Região, de todas as regiões.

Passados 10 anos, eu volto com a certeza de que de fato é um dos melhores lugares para se trabalhar.

Até 2018 eu dizia que eu ia me aposentar como juíza substituta no Rio de Janeiro. Eram muitos anos mudando de cidade em cidade e eu não queria caminhar tudo isso de novo. Dizia: ‘Meus filhos já estão na escola, família aqui, tudo certinho, eu não vou mais me titularizar.’

Surgiu a oportunidade de me titularizar em São Mateus: ‘Eu vou me aposentar como juíza substituta’. Um tempo depois abre a oportunidade de me titularizar aqui em Cachoeiro. Tudo mudou na minha cabeça. Pensei: ‘Por que eu estou aqui no Rio? Nada me prende ao Rio’. (risos) Vim com família, marido, filhos e me estabeleci aqui.

Eu acho que tem algo em Cachoeiro que, como diz Dr. Osair, faz a gente voltar. Essa energia boa de Cachoeiro.

Mas nem tudo são flores. Um excelente trabalho, a parte física também, o prédio é muito bom, mas temos os nossos problemas, vários problemas orçamentários, Drª Cristiane sabe bem. Em especial em relação às varas de Cachoeiro, eu vejo que uma das problemáticas continua sendo a elevada quantidade de processos no juizado previdenciário, de pedidos de aposentadoria, de benefícios previdenciários dos rurícolas.

Dr. Ubiratan não veio porque o filho dele nasceu há pouco tempo, há cerca de um mês. Então está com seu filho recém-nascido, por isso não pode estar presente, mas eu gostaria de prestar aqui minha homenagem ao Dr. Ubiratan que está, no meu ponto de vista, enfrentando um dos maiores problemas aqui da vara, que é a quantidade elevada de audiências de rurais, continua sendo.

E, por fim, queria falar que quando Drª Enara veio para a vara única, quando eu vim como substituta eram duas varas, agora como titular temos três varas, e que continuemos assim, crescendo para cada vez mais conseguir atender os nossos jurisdicionados e a dar a prestação jurisdicional, porque a quantidade de processos também aumenta.



O encerramento ficou por conta do pronunciamento da diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, que cumprimentou a juíza federal Virgínia Procópio de Oliveira Silva (aposentada), primeira juíza federal da Seção Judiciária do Espírito Santo, e o juiz federal Rogério Moreira Alves, vice-diretor do foro da Seccional, em nome de quem saudou as demais autoridades presentes. Cumprimentou também seus colegas de Mesa, 'que contaram de forma tão calorosa a história de Cachoeiro'.

A magistrada listou a maioria dos diretores do foro e presidentes do TRF2 responsáveis pela evolução histórica da Subseção de Cachoeiro. Por derradeiro, fez um agradecimento especial aos juízes, servidores, estagiários, funcionários terceirizados, que compõem o corpo técnico de trabalho da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim, participantes ativos de toda a história vivida nesses últimos 20 anos.

"Certa do orgulho e do respeito que essas pessoas têm em trabalhar nessa instituição tão relevante, agradeço a vocês, em nome da Seção Judiciária do Espírito Santo. Também reconhecemos a parceria com os órgãos localizados aqui nesse quadrilátero, como a Justiça Estadual, o Ministério Público Estadual e a OAB. Minha função hoje aqui é só agradecer. Agradecer a todos vocês pela parceria nos últimos anos e estreitar os laços para que essa colaboração permaneça nos anos vindouros, com muitas conquistas para o Poder Judiciário e seus parceiros no intuito de melhorarmos ainda mais a prestação jurisdicional e os serviços prestados ao cidadão. Muito obrigada a todos!", declarou a diretora.



Os servidores mais antigos da subseccional - Emiliana, Laésia, Graça e Marcelo - entregaram flores à diretora do foro e às juízas federais Luciana Villar, Enara Olímpio e Virgínia Procópio. Também na foto: os juízes federais Caio Couto, Rogerio Alves (vice-diretor do foro), Sávio Klein, Víctor Cretella, Osair Victor e André Martins



Ao final, os servidores presentes posaram para foto e, junto com os demais convidados, participaram de lanche oferecido pela Associação dos Servidores da JFES (Assejufes)

▶ Juízes federais Fernando Mattos e Rogerio Moreira Alves tomam posse no TRE-ES



Em sessão realizada em 1º/7, foram empossados como membro titular e suplente da classe dos juízes federais, no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), os juízes federais Fernando Cesar Baptista de Mattos e Rogerio Moreira Alves, respectivamente.

Presidida pelo presidente do Tribunal, desembargador Annibal de Rezende Lima, a sessão contou com a presença dos membros daquela Corte desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, vice-presidente e corregedor regional eleitoral do Espírito Santo, Adriano Athayde Coutinho, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, Ubiratan Almeida Azevedo e Heloísa Cariello, além da procuradora regional eleitoral Nadja Machado Botelho e do diretor geral Alvimar Dias Nascimento.



Com a diretora do foro, os juízes federais Fernando Mattos e Rogerio Alves

Diretora do foro

Junto à mesa de honra da cerimônia tomaram assento o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o corregedor geral da Justiça do Espírito Santo, desembargador Samuel Meira Brasil Junior; e a diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik.

Também presentes à solenidade, os desembargadores do TJES Adalto Dias Tristão, decano, Manoel Alves Rabelo, Namyr Carlos de Souza Filho, Arthur José Neiva de Almeida e Jorge Henrique Valle dos Santos; os juízes federais Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (4ª VF-Cível de Vitória) e André Luiz Martins da Silva (1ª VF-Cachoeiro de Itapemirim); o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Espírito Santo, Luiz Claudio Allemand, dentre outras autoridades.

O juiz federal Fernando Mattos adentrou ao Plenário ladeado pelo desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa e pelo membro titular da classe dos juízes estaduais Ubiratan Almeida de Azevedo. Em seguida, o juiz federal leu o termo de compromisso regimental, prometendo “desempenhar com fidelidade os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as leis, distribuindo serena Justiça e pugnando pelo seu prestígio e autoridade”.



Saudação

Aceito o compromisso pelo presidente do órgão, foi lavrado o termo de posse, assinado em seguida pelo magistrado Fernando Mattos. Na sequência, a juíza Heloísa Cariello fez o discurso de saudação que pode ser lido aqui.

Em sua fala, Fernando Mattos agradeceu a todos pela presença, saudando ainda “a doutora Cristiane Conde Chmatalik, a minha amiga na Justiça Federal de todos os momentos, nos momentos bons e nos momentos ruins”. Fez menção especial aos seus pais Norton e Luísa, esta última presente à sessão, “se eu sou alguma coisa na vida eu devo ao exemplo que eles me deram”, “na verdade sou mais é o filho da Luísa e do Norton do que qualquer outra coisa na minha vida”. Fez referência ainda às suas filhas, Maria Fernanda e Ana Carla, “muitas vezes elas não puderam compartilhar alguns momentos importantes da minha carreira, principalmente as posses no CNJ. Vocês estarem aqui hoje é momento de muita felicidade”, afirmou.

Agradecimento ao TRF2

O juiz federal agradeceu ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região “pela indicação do meu nome”, ressaltando que “este era um sonho que eu acalentava, é um sonho que hoje eu estou conseguindo realizar de estar aqui como membro titular”.

“Não existe nenhum ramo do Poder Judiciário que é melhor do que outro. Cada um de nós é fruto de uma formação, cada um de nós é fruto de um processo histórico. O mais importante é que cada um de nós estabeleça uma contribuição e dê a sua contribuição cada dia, e acho que esse conjunto do TRE é a prova disso, onde há representante da Justiça Estadual, da Justiça Federal, da advocacia, para afirmação do Estado Democrático de Direito e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, disse o magistrado.

“Então é com esse espírito de aprendizado, de humildade, mas de querer fazer o melhor serviço em prol da nossa cidadania e da vontade democrática da população que eu assumo aqui como membro do TRE”, concluiu.

Suplente

O presidente do TRE-ES explicou, na oportunidade, que, “embora o regimento interno da Casa preveja que a posse do juiz suplente se dará na Presidência, em solenidade singela, mas considerando que o dr. Rogério Moreira Alves, escolhido membro da Corte na condição de suplente, representando também a classe dos juízes federais, nos honra com sua presença nessa ocasião, eu peço vênua aos pares para convidar dr. Rogerio para assinar também nessa oportunidade o termo de posse e fazer o compromisso”, o que foi feito em seguida.

‘Colaboração inestimável’

Antes de declarar encerrada a sessão, o presidente do TRE-ES registrou que Fernando Mattos e Rogerio Moreira Alves sucediam naquela Corte “ao Dr Marcus Vinícius e à Dra Cristiane, que, nesses dois anos, prestaram uma colaboração grande, inestimável, prestimosa à Justiça Eleitoral capixaba. De maneira que, em nome da Corte eu agradeço ao doutor Marcus Vinícius, que não pode estar presente, por intermédio da Dra Cristiane, a participação deles ao longo desses dois anos nessa Corte eleitoral”.

“Fico muito feliz em presidir a solenidade de posse do doutor Fernando, amigo pelo qual tenho laços de estima e sentimentos de admiração. Sem dúvida nenhuma uma das melhores figuras da



**Fernando Mattos, com o desembargador
Annibal Rezende (pres. TRE/ES)**

magistratura brasileira, que hoje honra a classe, representando-a junto ao Conselho Nacional de Justiça. É um privilégio para mim receber Vossa Excelência nesta ocasião como presidente da Corte. Quero, portanto, agradecer a todos, fazer um registro especial de que está aqui a dra. Luísa Baptista de Mattos, mãe do Dr. Fernando, procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que nos honra e nos prestigia com a sua presença nesta oportunidade”, encerrou o desembargador Annibal de Rezende Lima.



Membros do TRE/ES e autoridades que prestigiaram o evento

▶ Marcelo Rosado é promovido a juiz federal titular



Foi publicado em 10/7, no Diário Eletrônico da 2ª Região, ato que promoveu o juiz federal substituto Marcelo da Rocha Rosado a juiz federal titular, pelo critério de merecimento.

Nascido em Vitória/ES, Marcelo Rosado graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, pós-graduação pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e mestrado em Direito Processual Civil pela Ufes.

Aprovado no VIII Concurso do TRF5, o magistrado foi removido para o TRF2 em 2009, designado para prestar auxílio à Vara Federal de São Mateus, onde mais tarde foi lotado como juiz federal substituto.

Em 2011, foi removido para a 2ª Vara Federal Cível de Vitória. Foi lotado em 2012 na 1ª Vara Federal de Execução Fiscal e, em 2015, no 1º Juizado Especial Federal.

Antes do ingresso na magistratura federal, exerceu a advocacia privada e o cargo de procurador da Fazenda Nacional.

Sua história na Justiça Federal começou quando ainda era estudante de Direito na Ufes, quando estagiou na Seção Judiciária do Espírito Santo.

Promovido a titular, foi agora designado para a Vara Federal de Colatina e continuará como coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), função que exerce desde 2016.

▶ Justiça Federal realiza audiência pública sobre processos relativos a planos econômicos

A Justiça Federal do Espírito Santo realizou na tarde de 16/7 Audiência Pública para esclarecer dúvidas sobre os processos relativos aos planos econômicos Bresser, Verão e Collor II, com base no acordo coletivo entre bancos e poupadores, firmado no âmbito da ADPF 165, homologado pelo STF.

A audiência foi realizada a partir das 14 horas, no Auditório da Justiça Federal, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Térreo, Monte Belo, Vitória-ES, com transmissão via Polycom.



A audiência foi conduzida pelo coordenador do Cescon, juiz federal Marcelo Rosado

O objetivo foi informar aos advogados e poupadores a proposta de adesão e os procedimentos para conciliação para que possam avaliar a realização de conciliação nos processos em face da Caixa, prioritariamente via conciliação virtual, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) da Justiça Federal.

Os interessados poderão buscar a solução dos seus casos por meio de acordo. O acordo será realizado por adesão, de forma totalmente virtual, pelo e-mail audiencia.virtual@jfes.jus.br.

A Conciliação Virtual é uma iniciativa do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) de Vitória, com a participação das Subseções Judiciárias do Espírito Santo localizadas nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Linhares, Colatina e Serra, que reúne partes, advogados, procuradores da Caixa, magistrados, servidores e entidades que defendem o direito do consumidor. A iniciativa integra projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para resolução de processos via mutirões de audiências de conciliação.

O que foi esclarecido na audiência pública

O juiz federal coordenador do Cescon e os procuradores da Caixa demonstraram aos interessados dois caminhos para resolver os processos, como acessá-los, como se qualificar e os documentos necessários, bem como esclarecer outras dúvidas que possam surgir.

Um dos caminhos é a plataforma desenvolvida pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), disponível no site www.pagamentodapoupanca.com.br. O portal possibilita a negociação direta entre bancos públicos e privados e correntistas, e está disponível aos interessados até 2020.

O outro é a Conciliação Virtual da Justiça Federal do Espírito Santo, um meio de composição para por fim ao processo.

Conciliação virtual

O interessado deve enviar um e-mail para o endereço eletrônico audiencia.virtual@jfes.jus.br e o Cescon o encaminhará para Caixa para verificar se é passível de acordo. A parte autora recebe um e-mail com os valores propostos. Restando frutíferas as tratativas, o acordo será homologado pelo juiz federal.

Outro diferencial do acordo homologado pelo Supremo, que é que a CAIXA vai fazer o pagamento do valor negociado em até 30 dias úteis a partir da homologação do acordo, e em um único pagamento, sem entrar no escalonamento de pagamento previsto no site da Febraban.

Volume de processos

No Brasil, são quase 657 mil processos questionando os chamados expurgos inflacionários dos planos econômicos. O tema está sobrestado no Supremo Tribunal Federal (STF), aguardando análise da corte superior, para que todo o Judiciário brasileiro passe a julgar os processos a partir de um entendimento unificado, e representa 70% dos processos suspensos em todo país que aguardam orientação do STF.

Como os processos não podem ser julgados até uma decisão da instância superior, a conciliação vai viabilizar o fim das ações por meio de acordo, para resolver as demandas que envolvem ações de planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

► JFES cumpre 88 mandados de reintegração de posse em condomínio no município de Serra

A Justiça Federal cumpriu, no dia 15/7, 88 mandados de reintegração de posse expedidos pelo juiz federal Caio Souto Araújo no dia 12. Os mandados foram expedidos no processo 2017.50.06.038713-7, em Ação de Reintegração/Manutenção de Posse, em tramitação na Vara Federal de Serra, cujo autor é a Caixa Econômica Federal.

Os mandados foram cumpridos por 25 oficiais de Justiça, servidores da Justiça Federal, com o apoio de diversos órgãos, dentre eles a Polícia Militar do Espírito Santo, que participou com mais de 120 homens, inclusive da Cavalaria, a Defensoria Pública da União, a Caixa Econômica Federal, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-ES/ Subseção de Serra, agentes do Grupo Especial de Segurança (GES) da JFES.



Oficiais de Justiça da JFES com o diretor do Núcleo de Segurança e Transporte Edilson Carlos Vidal, que deu apoio à operação

A operação teve início por volta das 7h, com a concentração das equipes próximo ao Posto 02 - Manguinhos da Polícia Rodoviária Estadual, na Rodovia ES-10, balneário da Serra. Às 8h, as equipes da PMES guiaram o comboio até o Condomínio Ourimar I. Após a informação de que a área estava em segurança, os oficiais de justiça, divididos em onze duplas e três coordenadores, deram início ao cumprimento dos mandados.



Após localizar o imóvel, estando ele lacrado, eram chamados os chaveiros para fazer a abertura, em seguida era feita a substituição do miolo da fechadura e a entrega de nova chave à Caixa Econômica Federal e colocação de lacre. Os oficiais de justiça acompanharam esses procedimentos para certificarem, ao final, no mandado.

Caso o imóvel estivesse ocupado, ele era desocupado e todo o mobiliário dos ocupantes era transportado, em caminhões de mudança, disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, para local indicado pelo ocupante. Na parte da tarde, foram cumpridos os mandados em apartamentos localizados no Condomínio Ourimar II.

Os 5 apartamentos que não foram reintegrados foram objeto de petição por parte da Caixa ou da DPU e aguardam decisão do juiz da Vara Federal de Serra. Durante o cumprimento dos mandados, foi observado que 11 imóveis, que não estavam relacionados no mandado, encontravam-se abandonados. Esses imóveis também foram lacrados pela Caixa.

▶ ECO 101: JF mantém suspensão do aumento do pedágio

O juiz federal da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, Aylton Bonomo Junior, em audiência realizada na tarde de 31/7, decidiu por ratificar a liminar anteriormente concedida, para manter suspenso “qualquer reajuste ou revisão (ordinária ou extraordinária) que importe a majoração da Tarifa de Pedágio atualmente em vigor no âmbito do Contrato de Concessão firmado entre as partes, decorrente do Edital de Concessão nº 001/2011, referente à Rodovia Federal BR-101/ES/BA”. Essa liminar também foi mantida, integralmente, pela Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima da Silva, no agravo de instrumento n. 5004348-17.2019.4.02.0000, ainda pendente de julgamento definitivo pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

O magistrado também reforçou, nos moldes de decisão anterior, que a manutenção da tutela provisória de urgência não determina a suspensão do processo administrativo para definição do índice de reajuste anual da tarifa, devendo a ANTT, tão logo conclua o processo, aplicar, de imediato, as reduções de tarifas apresentadas nos autos da na Ação Civil Pública Nº 5008731-70.2019.4.02.5001, que implicará na redução imediata da tarifa no percentual médio de -2,31%.

A ação foi ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo, em face da ECO 101 Concessionária de Rodovias S/A e Agência Nacional de Transportes Terrestres, tendo como pedido principal que seja declarada a impossibilidade de majoração da tarifa atual do contrato de concessão sem o devido cumprimento das obrigações da concessionária, especialmente a duplicação da rodovia no cronograma estabelecido contratualmente.

▶ Juízes federais se reúnem com OAB-ES e DPU para discutirem sobre perícias judiciais e suspensão de processos

Foi realizada na tarde de 12/7, na sede da Justiça Federal, em Vitória, reunião entre juízes federais, advogadas da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-ES e a Defensoria Pública da União para discutir a questão das perícias judiciais.

Na ocasião, estiveram presentes a diretora do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, também titular da 6ª Vara Federal Cível; os juízes federais Alexandre Miguel (titular da 1ª Vara Federal Cível), Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto (titular da 2ª Vara Federal Cível), Eloá Alves Ferreira (presidente da 2ª Turma Recursal), Leonardo Marques Lessa (gestor das Turmas Recursais do ES), Bruno Dutra (titular da Vara Federal de Serra), Marcelo da Rocha Rosado (titular da Vara Federal de Colatina) e Guilherme Alves dos Santos (substituto da Vara Federal de Colatina), que participou por videoconferência.



A vice-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-ES, a advogada Lívia Cipriano Dal Piaç, a advogada Catarine Mulinari, e a defensora pública-chefe da União, Aline Pacheco Sartório, também participaram e levantaram a questão da suspensão das ações que envolvem o pagamento perícias judiciais sob a rubrica da assistência judiciária gratuita. A ideia da reunião, de acordo com Lívia Dal Piaç, foi “buscar o diálogo, apresentando alternativas possíveis” para auxiliar na solução do problema.

► Núcleo de Contadoria discute parâmetros de cálculos com diretores das varas cíveis e juizados

A diretora do Núcleo de Contadoria (Nucont), Magda Aparecida Chagas Pereira, convidou os diretores de secretaria das varas cíveis e dos juizados – juízes que têm as maiores demandas de cálculos na JFES – para uma reunião no dia 8/7.

A reunião, realizada no auditório da JFES em Vitória, teve o objetivo de discutir sobre cálculos judiciais em demandas controversas e mais intensas. “A ideia é chegar a um acordo em relação a essas ações e definir alguns parâmetros para os cálculos a fim de evitar constantes retornos dos processos ao Núcleo de Cálculo”, disse Magda.



De acordo com a diretora, o acervo da Contadoria é muito grande. “Estamos com 723 processos pendentes de cálculos, sendo que em Vitória são 545”. “Os processos vão e vêm muitas vezes. As partes ficam impugnando os cálculos” (que sempre retornam à Contadoria para novos esclarecimentos, em alguns casos, sem que nenhuma decisão seja tomada, no sentido de sanear as questões controvertidas levantadas), explica. A partir da discussão do problema com os diretores das varas e juizados, a expectativa é que esse acervo seja reduzido consideravelmente, contribuindo para menos retrabalho e mais rapidez no trâmite dos processos.

Correção monetária

Uma das demandas mais controversas diz respeito à definição do índice de correção monetária a ser adotado nos cálculos. “A Lei 11.960/09 alterou o tipo de correção, que antes era o INPC e o IPCAE (conforme o objeto da ação) e passou a ser a TR (correção pelo índice da poupança). A lei (art. 1º- F, da 9.494/97, com redação dada pela 11.960/09) foi declarada inconstitucional em 2013 (ADI 4.357/DF e ADI 4.425) e começou a haver divergências em relação ao índice a se aplicar. O STF tem dado uma decisão a cada dois anos (2013, 2015, 2017), é uma questão muito controvertida”, explica Magda.

“Em 2013 foi decidido que a TR só deveria ser aplicada nos valores dos precatórios. A discussão é sobre se seria apenas nos precatórios ou também nas ações de execução (débitos fazendários no período anterior à expedição dos precatórios: contas de liquidação ou em fase de execução). Demonstramos para os diretores das varas que é prejuízo usar a TR, que tem dado ‘zero’ de correção desde 2017. A própria União (vem substituindo a TR pelo IPCA-E, a partir de 09/2017, nas ações de servidores públicos, Tema 810, RE 870.947) desde setembro de 2017, não vem adotando mais a TR”.

Servidor público

Também foram discutidas, durante o encontro, matérias sobre servidor público (GAT/UNAFISCO). “Reconhecer a GAT (Gratificação por Atividade Tributária), por exemplo, também é uma situação controversa”, diz a diretora do Núcleo de Contadoria. Existe uma ação rescisória para suspender as ações. “Queremos entrar em acordo em relação às rubricas a serem adotadas nesses casos, evitando que os processos retornem à contadoria para informações ou para refazer cálculos, ou, ainda, para que fiquem represados, aguardando o desfecho da rescisória, postura que vem sendo adotada pela 6ª Vara Federal Cível e acolhida pela 1ª VF Cível”.

Previdenciário

Por fim, no âmbito das ações previdenciárias, foi ressaltada a importância das decisões que encaminham esses processos para cálculo de "adequação aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03" se aterem à particularidade dos benefícios concedidos durante o período conhecido como "buraco negro", isto é, após a CF/88 e antes da Lei 8.213/91, já que, via de regra, sofreram revisão administrativa em algum momento.

Outra sugestão apresentada para evitar retrabalho é que a decisão do juiz, antes de ser encaminhada à Contadoria para fazer o cálculo, passe primeiro pelas partes. "A ideia já foi acatada pela 1ª Vara Cível", comemora Magda.

O encontro com os diretores foi uma iniciativa do Nucont levando em consideração, inclusive, sugestões das contadorias das subseções do interior, que também encontram dificuldades na confecção dos cálculos, considerando a complexidade dos cálculos das varas de Vitória. Os diretores ficaram de levar as ideias aos juízes para avaliar a possibilidade de implementá-las.

Dúvidas sobre cálculos e custas judiciais?

- 1 Acesse: www.jfes.jus.br
- 2 
- 3 

Entre em contato com a Justiça Federal pelo menu "Contato" + "Fale Conosco", também disponível em www.jfes.jus.br



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

▶ Coral da Justiça Federal retoma atividades

O Coral da Justiça Federal, após três anos de inatividade, retorna com força total na tarde de 3/7, com ensaio de reabertura no auditório da Seção Judiciária, em Vitória. O grupo havia parado os ensaios com a despedida de sua regente fundadora, Hellem Pimentel, aprovada em concurso público na cidade mineira de Juiz de Fora. Agora, com o apoio da JF e da Assejufes, os coralistas ganharam nova maestrina: a musicista Nara de Araújo Camacho Peres. Escolhida pelos participantes após seleção, Nara tem Licenciatura em Música, pelo Centro Universitário Metodista de Porto Alegre/RS.

Além do reinício dos trabalhos, o ensaio também marcou os 10 anos de criação do Coral, que já abrilhantou tantos eventos dentro e fora da Justiça. O grupo é formado por servidores da Justiça Federal, aposentados e convidados.



▶ CCJF/Vitória inaugura exposição “Marias”

Maria Terra, Maria da Vida, Maria do Mar, Maria do Amor, Maria de Barro, Maria Marielle. Essas são apenas algumas das 37 “Marias” da exposição de acrílico e óleo sobre tela aberta na terça, 30/7, pela artista plástica Maria Toscano, com a colaboração do artista Celso José, no foyer do auditório da Justiça Federal, em Vitória.

A abertura foi prestigiada por servidores da Justiça Federal, familiares e amigos da artista e também pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Nova Venécia/ES, acompanhada da deputada estadual Raquel Lessa.

A exposição é mais uma ação do Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF/Vitória), sob a supervisão da servidora Gina Valéria Coelho.



Acima, Gina Coelho (CCJF/Vitória)

com a artista plástica Maria Toscano

e, abaixo, com servidores da Justiça

Federal



O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal em Vitória-ES,
e a Justiça Federal do Espírito Santo apresentam

EXPOSIÇÃO
“**Marias**”

MARIA
TOSCANO

artista convidado
CELSO
JOSE

Curadoria: Lando
Organização: Denise Cesar



Arte
COMVIDA
Conectando Cultura Capixaba



Abertura: 30/7, 18h
Visitação 30/7 a 28/8
Segunda à Sexta
12h às 17h

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

